

CONSTITUINTE

Benefícios equivalentes
ao salário integral
para os aposentadospor Andrew Greenlees
de Brasília

A Comissão de Sistematização da Constituinte manteve na sexta-feira os atuais limites de tempo de trabalho para a aposentadoria: 35 anos para o homem e 30 para a mulher. Foi aprovada ainda uma polémica emenda de autoria do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), determinando o pagamento de benefícios equivalentes ao salário integral no momento da aposentadoria, "garantido o reajuste para a preservação do seu valor real". Mais tarde, porém, o próprio deputado e outros defensores da proposta reconheceram sua inviabilidade e o plenário da Constituinte deverá agora instituir o salário-contribuição, com teto de vinte salários mínimos, como benefício de aposentadoria.

A novidade ficou por conta da aprovação de emenda do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), por 73 votos a 1, instituindo a possibilidade de a mulher requerer aposentadoria proporcional (recebendo 80% do benefício a que teria direito) aos 25 anos de trabalho. Atualmente, o homem tem esse direito aos 30 anos de serviço, dispositivo confirmado no novo texto constitucional por meio de emenda do deputado Francisco Rossi (PTB-SP), acolhida na Comissão por 71 votos a 2. Todas essas decisões serão encaminhadas agora ao plenário da Constituinte, do qual participam todos os 559 deputados e senadores. Para modificar o projeto, serão necessários 280 votos.

A Comissão manteve ainda o projeto do relator Bernardo Cabral no que se refere a atividades que possi-

bilitarão aposentadoria antes do prazo. Incluem-se aí o "trabalho rural, noturno, de revezamento, penoso, insalubre ou perigoso, conforme definido em lei". Entre as categorias profissionais, decidiu-se que os professores poderão aposentar-se aos 25 anos de trabalho.

Outra modificação importante introduzida no projeto de Cabral: o texto determinava que o trabalhador de ambos os sexos poderia aposentar-se por idade, aos 65 anos. A Comissão preferiu facultar à mulher o direito de deixar de trabalhar aos 60 anos de idade. A invalidez também foi mantida como causa de aposentadoria.

Emenda do deputado Antonio Mariz (PMDB-PB) estendeu os direitos de aposentadoria a trabalhadores autônomos, desempregados e empregadores no sentido estrito, ou seja, aqueles que por lei são obrigados a recolher para a previdência. O benefício, nestes casos, é calculado de acordo com o último salário de contribuição. O texto aprovado determina que nenhum benefício poderá ter valor mensal inferior a um salário mínimo.

Para o relator da Comissão que tratou do tema na fase anterior dos trabalhos, senador Almir Gabriel (PMDB-PA), a votação trouxe avanços, como a aposentadoria proporcional aos 25 anos de serviço ou integral aos 60 anos de idade para a mulher. Ele salientou também a necessidade de se modificar mais adiante a questão do pagamento em termos do último salário integral, retornando ao sistema de salário-contribuição, com teto de vinte salários mínimos.

"Os constituintes querem
um milagre político"por Paulo de Alencar
de Salvador

O empresário Jorge Wilson Simeira Jacob, diretor executivo do Instituto Liberal de São Paulo e presidente do grupo Fenícia, o 91º no "ranking" dos maiores conglomerados privados nacionais, segundo a edição de 1987 da revista Balanço Anual, disse na sexta-feira em Salvador que, da maneira com que vêm sendo conduzidos os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, acabará por se inviabilizar a iniciativa privada no País.

De acordo com o presidente do grupo Fenícia e também diretor da Associação Comercial de São Paulo, até o momento a Constituinte está operando para realizar um "milagre" político, mas de maneira negativa. "Temos somente duas alternativas para fazer um 'milagre' na política, já que é impossível concretizá-lo na área econômica. Podemos inviabilizar o País, mantendo o assistencialismo e a intervenção estatal, ou então darmos um salto na política, acabando com o populismo", comentou.

"O governo, que atua como empresário regulando a economia, além de ser assistencialista, tem de conscientizar-se da necessidade de gastar de acordo com a sua disponibilidade de caixa, inclusive para reduzir o seu endividamento", explicou Simeira Jacob.

Governo adverte: mandato de 4
anos significará confrontopor Cecília Pires
de Brasília

O governo estabeleceu nas últimas horas duas estratégias diferentes para lidar com os resultados da votação da Comissão de Sistematização sobre as disposições transitórias da Constituição, que definem o sistema de governo e o mandato do presidente José Sarney. Segundo afirmou o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, na noite de sexta-feira, a hipótese de ser votado um mandato de quatro anos para Sarney "significaria o confronto".

A estratégia do governo, neste caso, é endurecer o jogo com os partidos que compõem a administração e com os constituintes que se beneficiam desta participação. No gabinete civil, um assessor do ministro Ronaldo Costa Couto admitia que o governo teria muito mais dificuldade em reverter os quatro anos nas votações do plenário, em função da influência que a situação política e econômica exerce sobre os constituintes e, nestes dois meses, que antecedem estas votações, as previsões sobre a evolução da situação, nos dois campos, são pessimistas.

"A vitória do presidencialismo no plenário é tranquila", admitia o líder Carlos Sant'Anna. "Ali, a tendência, majoritária é pelo presidencialismo", concluiu. Sant'Anna também concordou que as previsões sobre o mandato presidencial em plenário são mais difíceis. "O processo político é muito rápido, vertiginoso", concluiu.

Uma batalha até o último instante

por José Antônio Severo
de Brasília

O presidente José Sarney vai continuar trabalhando pelas suas idéias a respeito de tamanho de mandato e sistema de governo, até que a matéria seja sacramentada pelo plenário da Constituinte.

Na fase em que a questão vai para o último obstáculo, no plenário da Constituinte, Sarney pretende reavivar os contatos homem a homem, pessoalmente e por telefone, para assegurar uma maioria favorável às suas teses.

A grande aposta do presidente é na consolidação do bloco chamado "Centrão", para as grandes votações. No seu entender, embora as primeiras análises concluam que o bloco é casuísta, com ação limitada à alteração do regimento interno, o "Centrão" tenderá a se consolidar para uma atuação bem mais profunda do que se imagina hoje.

O raciocínio do presidente baseia-se na sua longa experiência parlamentar: quando o "Centrão" se der conta de que é uma maio-



José Richa

Sant'Anna apontou para uma posição conciliadora do governo, o contrário do que os constituintes esperam, no caso de ser votado um mandato de cinco anos para Sarney sob o regime parlamentarista. Nesta hipótese, segundo o líder, o governo estaria disposto a conversar com os parlamentaristas, sem radicalismo, para uma fórmula comum a ser votada no plenário. "Estamos abertos para amplas conversações com os parlamentaristas nestes dois meses que antecedem às votações em plenário", garantiu Sant'Anna. Não é isso que aguardavam os líderes do PMDB empenhados em conseguir uma vitória dos quatro anos de mandato, com os senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa. Richa, inclusive, um dos mais ardentes defensores de uma ampla negociação com o governo, mostrou-se totalmente descrente deste caminho nos últimos dias, fe-

chando posição em torno dos quatro anos.

"Eles é que fecharam as portas do entendimento. Nós, na Constituinte, com todas as nossas diferenças ideológicas, partidárias e até pessoais, somos capazes de entendimento e negociação em nada menos do que oito capítulos de projeto constitucional, não somos nós os políticos refratários ao entendimento", concluiu.

O que Richa pregava, na sexta-feira, é que, ao contrário do que dizia o líder do governo na Câmara, o entendimento com o governo seria muito mais fácil se a Sistematização votasse quatro anos de mandato. "Com cinco anos de mandato, o governo vai querer reverter o parlamentarismo e fazer passar o presidencialismo".

"Se esta questão tivesse sido resolvida dentro do Partido, como desejávamos, quando fizemos a convenção do PMDB, a votação seria tranquila", pregava o líder na Constituinte, senador Mário Covas. "Como desejar uma votação uniforme até dentro do PMDB, se o presidente Ulysses Guimarães defende os cinco anos e o líder na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, também, enquanto todas as outras lideranças são pelos quatro", indagava Covas.

O governo, trabalhou exatamente sobre estas contradições. Não apenas os presidencialistas estavam divididos entre os cinco e os quatro anos, como os próprios parlamentaristas. O deputado João Hermann (PMDB-SP) compu-

nha o coro dos parlamentares que rebatiam a estratégia do governo argumentando com a expectativa de uma negociação depois. "Precisamos endurecer ao máximo na Sistematização para negociar na hora do plenário. Caso contrário, se vencer os cinco anos, o governo fecha o cerco, e parte para conquistar também o presidencialismo", advertia.

As pressões sobre os constituintes nas horas que antecederam a votação foram ininterruptas, de ambos os lados. Por parte do governo, todas as estratégias, foram utilizadas, até a ação de familiares para tentar reverter posição de parlamentares decididos a votar nos quatro anos.

No PFL, o ministro Aureliano Chaves trabalhava pelos cinco anos, enquanto o presidente do Partido, senador Marco Maciel, trabalhava pelos quatro.

Os senadores Mário Covas e José Richa conversavam insistente, tentando virar votos de parlamentaristas no partido ainda indecisos quanto ao mandato de cinco anos. Richa, amigo do presidente Sarney, era apontado, juntamente com Fernando Henrique, como principais alvos das tentativas de retaliação por parte do presidente. "Eu não faço política para beneficiar amigos", declarou Richa. "Os homens que são ligados a mim no governo estão loucos para sair", respondia Richa, quando era informado de ameaças de demissão de técnicos a ele ligados e que integram a equipe de governo.

ria, nenhum de seus membros abandonará essa composição, e a maioria se manterá.

O mapeamento desse bloco vai, também, facilitar as coisas para o chefe do governo. Um a um, o governo poderá ir manejando seu poder de persuasão, enquanto seus antagonistas irão sentir o peso da retaliação.

Embora os motivos alegados tenham sido de ordem administrativa, as mudanças na direção da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) atingem em cheio um dos principais articuladores do mandato de quatro anos e regime

parlamentarista, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso. Foi ele, com influência do deputado José Serra (também parlamentarista) que indicou a diretoria deposta da Cosipa.

O esforço do presidente na defesa do mandato e do regime é um movimento para garantir um mínimo de governabilidade. O que, de fora, é interpretado como uma obsessão teimosa, no terceiro andar do Palácio do Planalto aparece como uma luta fundamental para assegurar um máximo de estabilidade, dentro das circunstâncias. Se fraquejar nesse ponto, a go-

vernabilidade esvai-se. Por isso, Sarney somente negociará diante de fatos prontos e acabados. Até lá, agirá (ou reagirá) com tudo o que tiver de poder.

A sensação de imobilidade do governo não poderá ser alterada até o final dos trabalhos da Constituinte. Sarney sentiu na carne o tumulto que qualquer decisão provoca, seja ela qual for, enquanto a Constituinte estiver deliberando. Nesse quadro, a administração não pode parar, mas também não pode ousar. Sem alternativas, nada resta ao presidente senão resguardar seu poder para manter o País de pé.